

**O artesanato do Vale Sanfranciscano e seu potencial
para o turismo de experiência**

DOI: 10.2436/20.8070.01.78

Regina Celeste de Almeida Souza

Doutora em Geografia pela Universidade de Rouen, França.

Professora da Universidade Salvador, Brasil.

E-mail: regina.souza@unifacs.br

Natalia Silva Coimbra de Sá

Doutora em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia, Brasil.

Professora da Universidade do Estado da Bahia, Brasil.

E-mail: natalia.coimbra@gmail.com

Gisele das Chagas Costa

Doutora em Desenvolvimento Regional e Urbano pela Universidade Salvador, Brasil.

E-mail: gcceduc@gmail.com

Resumo: Possibilidades para o desenvolvimento local sustentável no Vale Sanfranciscano podem se dar através da atividade do artesanato, que prima pela diversidade, qualidade e valorização de aspectos da cultura local. Nesse sentido, o presente artigo busca destacar a importância do artesanato e sua potencialidade como produção associada ao turismo de experiência no território do Vale Sanfranciscano, além de verificar as transformações e permanências ocorridas ao longo das últimas décadas e que vêm afetando as populações ribeirinhas, as suas culturas e territorialidades. Como metodologia utilizou-se a pesquisa bibliográfica, documental e trabalho de campo com registros fotográficos e aplicação de entrevistas, estas realizadas através das Expedições no período compreendido entre 2007-2013 em áreas do médio, submédio e baixo São Francisco. O artesanato nos locais visitados apresenta-se em diferentes níveis de organização, através do trabalho familiar, associações, cooperativas, com assessoramento de pastorais, órgãos governamentais, instituições religiosas além de ONGs. Por outro lado, muitos artesãos que trabalham como autônomos poderiam buscar novas formas de organização com fins de maior valorização de seu trabalho. A prática do artesanato no Vale Sanfranciscano, se bem estruturado, poderá atrair visitantes interessados em experiências significativas que agreguem valor a tal prática social, com benefícios mútuos para a comunidade receptora e o turista, favorecendo o efetivo desenvolvimento local.

Palavras-chaves: Artesanato, Cultura, Rio São Francisco, Turismo, Território.

1 INTRODUÇÃO

O Grupo de Pesquisa em Turismo e Meio Ambiente – GPTURIS da Universidade Salvador – UNIFACS vem desenvolvendo ações no Vale do Rio São Francisco desde o ano de 2007 em parceria com Albright College (EUA) e Programa Companheiros das Américas – Comitê Bahia/Pennsylvania, contando com a participação e contribuição de professores e pesquisadores de diversos campos do conhecimento, em nível de graduação, mestrado e doutorado dessas e de outras instituições parceiras. Um dos objetivos principais das pesquisas realizadas consiste em identificar e analisar aspectos relacionados às permanências e transformações que afetam os territórios abrangidos por populações ribeirinhas e suas questões culturais e identitárias. As expedições a campo foram realizadas nos trechos de Juazeiro/Petrolina e Penedo (2007); Xique-Xique e Barra (2008); Bom Jesus da Lapa e Carinhanha (2012); e trechos de Paulo Afonso indo até a Barragem de Xingó (2013).

Com os resultados obtidos a partir de pesquisas documentais, bibliográficas, observação em campo, registros fotográficos e realização de entrevistas conduzidas pelo grupo, foram publicados três livros da Série Expedições, relatando as experiências em campo; um livro-coletânea, com artigos de pesquisadores da equipe e de outras instituições e suas perspectivas multidisciplinares de objetos que foram se apresentando ao longo dos anos; e duas edições especiais da Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE dedicadas a temas relacionados ao Vale do Rio São Francisco. Diante disso, incorpora-se aqui o conhecimento e experiência adquiridos durante o desenvolvimento do referido projeto para refletir sobre a potencialidade do artesanato local para o turismo, uma vez que ainda são poucos os estudos realizados sobre esse tema.

O presente artigo visa, a partir dessa perspectiva, destacar a importância do artesanato e sua potencialidade como produção associada ao turismo no território do Vale Sanfranciscano. As questões são abordadas partindo-se da premissa que destaca a importância histórica, social e cultural dos processos e produtos artesanais para a prática do turismo de experiência. Diante disso, busca-se responder como o artesanato, ao constituir-se num importante elemento identitário para a comunidade local e, simultaneamente, por possuir valor econômico e simbólico, pode ser incorporado à experiência turística dos visitantes.

Esse artigo foi estruturado em quatro seções, sendo a primeira introdutória à temática abordada; a segunda uma contextualização dos aspectos culturais, identitários e econômicos do artesanato, com revisão bibliográfica sobre a contribuição das diversas matrizes étnicas e culturais que influenciaram o artesanato brasileiro e, especificamente, o do Vale Sanfranciscano. A seção seguinte centrou-se em conceitos de empreendedorismo e turismo de experiência com artesãos, fazendo uma conexão entre os mesmos buscando-se a possibilidade para o desenvolvimento local. A quarta seção aborda a relação entre a prática do artesanato e o pertencimento territorial, além da expressividade de algumas cidades e comunidades, com destaque na produção e qualidade das peças confeccionadas em Juazeiro-Petrolina, Barra, Paulo Afonso, Piranhas e Penedo, todas essas cidades polos receptores do turismo regional.

2 ARTESANATO E TURISMO: APROXIMANDO ASPECTOS CULTURAIS, IDENTITÁRIOS E ECONÔMICOS

A produção artesanal é um patrimônio cultural, criado a partir dos saberes e práticas

da cultura popular, e que vive em constante diálogo entre aspectos locais e globais, rurais e urbanos, de tradição e modernidade. A proteção, estímulo e valorização do artesanato é algo essencial para que seja mantida a diversidade e a riqueza cultural de uma localidade e sua população, especialmente em espaço rural e de populações ribeirinhas tradicionais.

Nesse sentido, vale destacar que, em 2007, o Brasil assinou a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, onde essas questões estão presentes. A Convenção destaca, em diversas passagens, a importância dos conhecimentos tradicionais e sua contribuição positiva para o desenvolvimento sustentável, devendo ser assegurada sua proteção e promoção. São alguns dos seus objetivos:

- a) proteger e promover a diversidade das expressões culturais;
- b) criar condições para que as culturas floresçam e interajam livremente em benefício mútuo;
- c) promover o respeito pela diversidade das expressões culturais e a conscientização de seu valor nos planos local, nacional e internacional;
- d) reafirmar a importância do vínculo entre cultura e desenvolvimento para todos os países, especialmente para países em desenvolvimento;
- e) reconhecer a natureza específica das atividades, bens e serviços culturais enquanto portadores de identidades, valores e significados [...] (Decreto n.º 6.177, de 1º de agosto de 2007).

Esse documento reforça a convicção de que o diálogo intercultural é o meio mais adequado para a promoção da paz, da tolerância e do respeito à diferença. E a partir de seus postulados constata-se que a cultura se encontra, mais do que nunca, no centro dos debates contemporâneos sobre as identidades ao tempo em que consagra-se a diversidade cultural como patrimônio comum da humanidade. E também que, na relação intrínseca entre diversidade cultural e direitos humanos, reafirma-se a necessidade de proteção às diferentes identidades culturais (CIMOS; MPMG, s.d.).

A produção do artesanato é uma atividade cultural, social e econômica que remonta aos tempos pré-históricos e não pode ser dissociada do surgimento e desenvolvimento das sociedades humanas, estando presente em registros das mais diversas civilizações do planeta e em todos os períodos históricos (MAYNART, 2008). Um dos motivos refere-se ao fato de que os instrumentos e utensílios utilizados sempre foram fabricados pelos próprios artesãos, utilizando a matéria-prima mais facilmente disponível e a partir de sua própria concepção e necessidade.

Maynart (2008) aponta a dificuldade de se conceituar a atividade artesanal porque é impossível conseguir, com um só conceito, abarcar todas as variantes que esta expressão permite e um conceito jamais atenderá às diversas concepções que se possa ter da atividade, acarretando sempre exclusões e inclusões.

De forma ampla, o artesanato pode ser compreendido a partir de duas perspectivas diferentes, porém, complementares: uma artístico-cultural e outra econômico-produtiva. No que se refere à primeira perspectiva, a atividade artesanal está relacionada com o modo de viver de uma determinada região, seus valores e sua cultura, que são traduzidos nos objetos produzidos. Concorda-se com Maynart (2008) que a presença de traços culturais próprios de um determinado povo e/ou região nos produtos é uma característica sempre presente no artesanato, sendo bastante valorizada pelo mercado.

Para fins desse artigo, o artesanato é considerado uma produção artístico-cultural,

resultado da sensibilidade artística e da técnica dos artesãos, e que possui valor estético e simbólico próprio. Nesse sentido, este não deve ser submetido a hierarquias que consideram a cultura popular como sendo inferior a outras formas de cultura, notadamente a erudita, como, por exemplo, ao considerar-se o artesanato como sendo inferior a outras manifestações artísticas consideradas como de “alta cultura” (CANCLINI, 2008).

De acordo com Mirandola (1976 *apud* SOUZA *et al.*, 2010), no universo da cultura popular brasileira, o artesanato ganha destaque, pois constitui uma técnica milenar, que envolve o trabalho de centenas de comunidades tradicionais. Sendo que o conceito de arte adotado significa processo e técnica de artesão ou de artista-artesão visando a um fim utilitário, comercial, artístico e/ou recreativo, destacando dessa maneira a complexidade intrínseca a essa prática cultural.

Adicionalmente, conforme a segunda perspectiva anteriormente citada, considera-se também a produção artesanal como uma possibilidade alinhada às formas de produção moderna. De modo que a produção de bens culturais tradicionais possa inserir-se como uma possibilidade de desenvolvimento econômico para indivíduos, comunidades e localidades em qualquer parte do planeta.

Considera-se desenvolvimento na perspectiva de Sachs (1997, p. 2):

um conceito abrangente diferente de crescimento econômico, ainda considerado uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente, incluindo as dimensões ética, política, social, ecológica, econômica, cultural e territorial, todas elas sistematicamente inter-relacionadas e formando um todo.

De acordo com Canclini (2008), no que se refere a aspectos econômicos e produtivos, estudos sobre artesanato demonstram um crescimento do número de artesãos, do volume de produção e da sua importância quantitativa nos últimos anos. O autor cita que o Sistema Econômico Latino-Americano – SELA calcula, a partir da década de 1980, que artesãos em catorze países latino-americanos representam 6% da população total e 18% da população economicamente ativa. Um dos principais motivos para esse cenário está relacionado às deficiências de exploração agrária e o empobrecimento relativo dos produtos do campo que levaram muitos povos a buscarem na venda de artesanato um aumento de renda.

O autor afirma que, ainda que seja fato que em algumas regiões a incorporação da força de trabalho camponesa a outras atividades produtivas reduz a produção artesanal, por outro lado, povos que nunca haviam confeccionado artesanato – ou o faziam apenas para consumo próprio – iniciaram esse trabalho nas últimas décadas, buscando superar a crise. O desemprego ou a diminuição de postos de trabalho formais é outra questão que contribui para o aumento da produção artesanal, tanto em meios urbanos quanto rurais, inclusive com a inserção de jovens oriundos de setores socioeconômicos que nunca trabalharam nesse ramo.

Canclini (2008) cita o caso do Peru, onde a maior concentração de artesãos não está nas zonas de menor desenvolvimento econômico, mas na capital Lima, representando 29% da sua população. E também o exemplo do México, que une políticas de reestruturação industrial com um intenso apoio à produção artesanal, que corresponde à mais significativa do continente, contando com o expressivo número de produtores, na faixa dos seis milhões de pessoas, o que corresponde a 28% da sua população economicamente ativa, porém, resultando ainda em apenas 2 a 3% das suas exportações, havendo potencial para incremento.

Atualmente, nas diversas sociedades, há uma ampla gama de objetos que podem ser definidos como artesanato. São produtos do saber-fazer humano em que o emprego de equipamentos e máquinas, quando ocorre, é subsidiário à vontade de seu criador que, para criá-los, utiliza basicamente as mãos. Nesse sentido, Lima (2005) afirma que o objeto artesanal possui uma dupla condição: primeiro, o fato de que o processo de sua produção é em essência manual, ou seja, são as mãos que executam o trabalho; segundo, há uma liberdade do artesão para definir o ritmo da produção, a matéria-prima, a tecnologia empregada e a forma do objeto, que é um produto da sua criação, seu saber e sua cultura. “A maior ou menor inserção desses elementos no processo produtivo e o modo como o artesão se posiciona na rede de relações sociais que se estabelece no interior da sociedade em que vive irão determinar diferentes artesanatos”. (LIMA, 2005, p. 2)

No Brasil destacam-se tradições artesanais provenientes de povos indígenas, de origens africanas e de outros grupos imigrantes que formam a população brasileira, representando as mais diversas etnias, e que ocuparam o território em diferentes períodos, dando origem a uma extensa variedade de procedimentos e objetos.

Andrade (2015) cita dados do Ministério do Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio – MDIC do ano de 2012 que registram a existência de aproximadamente nove milhões de artesãos no Brasil, responsáveis por uma acumulação financeira de 28,5 bilhões ao ano, impulsionados pelo turismo doméstico e internacional. Em 2010 foi criada a Associação Brasileira de Exportação do Artesanato – ABEXA, visando fortalecer a exportação do artesanato brasileiro com o apoio de instituições do Sistema S1 – como SEBRAE, SENAC, SENAI, SENAR, SESI, SESC – e da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos – ANPEX. A entidade possui como associados empresas, associações e cooperativas de artesanato das regiões Nordeste, Sul e Sudeste.

De acordo com o MDIC (2012 *apud* ANDRADE, 2015, p. 28):

o artesanato compreende toda a produção resultante da transformação de matérias-primas, com predominância manual, por indivíduo que detenha o domínio integral de uma ou mais técnicas, aliando criatividade, habilidade e valor cultural (possui valor simbólico e identidade cultural), podendo no processo de sua atividade ocorrer o auxílio limitado de máquinas, ferramentas, artefatos e utensílios. As matérias-primas utilizadas na produção podem ser naturais, semiprocessadas, processadas industrialmente ou constituídas de materiais recicláveis.

Nesse sentido, valoriza-se a inexistência de produção em larga escala e o desenvolvimento da criatividade humana. Sendo o contato direto do artesão com a matéria-prima a característica principal que humaniza a prática e proporciona identidade ao produto, evidenciando a cultura local.

O Programa do Artesanato Brasileiro – PAB (BRASIL, 2009) caracteriza o artesanato de acordo com os tipos de matéria-prima (natural, semielaborada ou constituída de produtos e/ou sobras industriais) e a forma de organização da atividade produtiva (individual, associativa, cooperativa e/ou familiar).

Já o artesão pode ser considerado como um trabalhador individual ou coletivo – nesse caso organizado em associações e cooperativas ou até mesmo em unidade produtiva familiar – que exerce trabalhos manuais e pode, ou não, inserir técnicas mecanizadas no processo produtivo do artesanato. Sendo que os produtos artesanais devem expressar a

identidade cultural local e ser considerados peculiares em relação a outros produtos de diferentes regiões (ANDRADE, 2015).

Perota (2005) traz uma importante contribuição sobre a evolução do artesanato no Brasil. O autor parte do princípio que uma das questões fundamentais para entender a sociedade brasileira é a sua diversidade, tanto ambiental quanto cultural. E que a questão do artesanato está diretamente relacionada a esse aspecto, podendo ser destacados quatro recortes para explicar a evolução desses saberes tradicionais no país.

No primeiro recorte, destaca-se a experiência das populações indígenas brasileiras que, ao longo de sua permanência no território, conseguiram produzir um número considerável de artefatos necessários à vida cotidiana utilizando matéria-prima *in natura* – como pedra, argila, osso, concha, penas, madeira etc. – que estivesse amplamente disponível e fosse obtida facilmente. Além disso, estava aliada a uma tecnologia própria que permitia a produção de instrumentos de diversas formas e para várias funções. Segundo o autor, esses artefatos tinham um significado simbólico, principalmente dentro do tipo de economia dessas sociedades.

Ainda nesse recorte inicial, o autor destaca que os africanos também contribuíram para aumentar o acervo artesanal, com seus instrumentos tradicionais e adaptando outros, principalmente pelo contato com as populações indígenas e europeias. Em sua maioria também faziam objetos trabalhando diretamente as matérias-primas *in natura*. Uma parte desses povos chegou ao Brasil com conhecimentos de metalurgia e produziam objetos usando o metal. A contribuição das inúmeras culturas africanas que chegaram ao Brasil foi fundamental, pois, pela sua condição de escravizados, foram essas as populações que mais tiveram contato com os portugueses e ibéricos, nas primeiras fases da colônia.

Perota (2005) destaca também que os africanos, assim como as populações indígenas, possuíam uma organização social e de gênero que influenciava na produção artesanal, principalmente em relação à divisão de trabalho entre homens e mulheres. Nessas comunidades, e posteriormente nas populações tradicionais, a confecção da cerâmica sempre foi algo do domínio feminino.

O segundo recorte apontado pelo autor diz respeito à constituição das denominadas populações tradicionais, formadas principalmente por comunidades indígenas que passaram por processos de aculturação. Essas populações mantiveram seu modo de vida e seus saberes, a tecnologia e a organização social das etnias de origem, principalmente quanto ao modelo de economia de subsistência. Tais comunidades estão presentes desde tempos remotos até os dias de hoje.

As populações tradicionais no Brasil são constituídas e caracterizadas por terem os [...] padrões de comportamento transmitidos socialmente, modelos mentais usados para perceber, relatar e interpretar o mundo, símbolos e significados socialmente compartilhados, além de seus produtos materiais [...] sempre mantidos numa relação sem conflito com o meio ambiente; não usando força de trabalho assalariada e acumulando minimamente o capital. (DIEGUES, 2002 *apud* PEROTA, 2005, p. 9).

Diegues (2002, p. 89), define as sociedades tradicionais no Brasil levando em consideração suas características fundamentais, dentre as quais destaca que “a tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. A reduzida divisão técnica e social de trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final”.

O terceiro recorte corresponde à produção artesanal trazida por imigrantes que chegaram ao país no século XIX. Nesse período, destacam-se duas características fundamentais. A primeira diz respeito às necessidades diretamente ligadas à produção agrícola – objetos artesanais com características utilitárias, feitos com matéria-prima *in natura* ou com produtos pré-fabricados, como os tecidos. Por exemplo: produção de vassouras, cestas, peneiras, esteiras, suportes para armazenar a produção, principalmente de café, etc. A segunda característica corresponde à produção de objetos artesanais para atender às necessidades domésticas, cuja confecção fica a cargo das mulheres que utilizam matéria-prima pré-fabricada, como os tecidos (PEROTA, 2005).

O último recorte citado por Perota (2005) é o da produção artesanal criada pelo turismo – ou a chamada indústria do trabalho manual (industrianato) – e a indústria dos *souvenirs*. De acordo com Pinho (2002, p. 172):

[o] produto artesanal tem sido substituído, nos últimos anos, por uma imensa invasão de estereótipos externos e desnaturalizados que assolam e invadem as imagens, os objetos e os diversos produtos, provocando absoluta e descaracterização de identidade [...] [dos produtos artesanais]. Uma das preocupações nesse recorte é a descaracterização do artesanato e a sournização do produto artesanal, que pode [...] causar uma nova massificação dos produtos artesanais ao promover à produção de *souvenirs* descaracterizados [...].

Perota (2005) conclui a periodização com a reflexão de que essas questões indicam que os produtos artesanais confeccionados na zona rural precisam ser apreciados e entendidos dentro da dinâmica do desenvolvimento dessas sociedades. E acrescenta-se aqui que, justamente por essa razão, a possibilidade da prática de um turismo de experiência, em ambiente rural, com baixo impacto negativo, e respeitando a realidade dos artesãos e demais membros das comunidades tradicionais, pode contribuir para o desenvolvimento local, ao passo que permite experiências memoráveis e únicas para os turistas que visitam o Vale Sanfranciscano.

3 ARTESÃOS, EMPREENDEDORISMO E TURISMO DE EXPERIÊNCIA: POSSIBILIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

O empreendedorismo busca criar novas oportunidades de trabalho e renda a partir de ideias inovadoras e criativas, sendo fundamentado em estratégias de gestão eficientes e eficazes. Conforme destacam Silva *et al.* (2016), em tempos de crise, a alternativa de empreender em novos negócios é algo atraente para buscar a integração no mercado economicamente ativo. Contudo, para que o ambiente empreendedor se concretize, são necessárias políticas voltadas para o desenvolvimento de uma cultura empreendedora que atenda aos diversos espaços e segmentos sociais. E, em especial, aos grupos que localizam-se em espaços rurais e distantes dos grandes centros urbanos, onde está a maior parte dos programas governamentais de estímulo ao empreendedorismo e os cursos de qualificação empresarial.

Os artesãos constituem-se em um dos ramos profissionais que possuem potencial para transformarem-se em empreendedores, uma vez que o artesanato é um dos eixos prioritários contemplados pela economia criativa. Miguez (2007) destaca que, devido à centralidade e à complexidade que se expressa pela temática cultural, a amplitude e

diversidade das instituições e processos culturais que envolvem aspectos dos mais variados, como por exemplo, as representações, a organização, a criação, a disseminação e o consumo culturais ganham força. Assim como o interesse que desperta em um número cada vez maior de campos do conhecimento. Portanto, é nesse sentido que emerge a importância da economia criativa, também frequentemente associada à denominação de indústrias criativas, que são as expressões contemporâneas mais relevantes do ponto de vista da articulação entre economia e cultura. De acordo com o autor, a economia criativa:

[...] refere-se ao conjunto distinto de atividades assentadas na criatividade, no talento ou na habilidade individual, cujos produtos incorporam propriedade intelectual e abarcam do artesanato tradicional às complexas cadeias produtivas das indústrias culturais (MIGUEZ, 2007, p. 97).

De acordo com estimativas do Banco Mundial, a economia criativa é um dos setores mais dinâmicos da economia global respondendo por aproximadamente 7% do PIB mundial e deve continuar crescendo a uma taxa média de 10%. Ocupa lugar de ponta na economia dos países mais desenvolvidos; nos Estados Unidos e Inglaterra representa, respectivamente, 6% e 8,2% do Produto Nacional Bruto (MIGUEZ, 2007).

Quatro vetores atuam e transformam o universo da economia criativa: o turismo, uma vez que todo turismo tem caráter cultural; a vida comunitária, pois a economia criativa é mais do que uma atividade econômica, trata-se de um fator de interação social; a educação, incluindo a educação não-formal que tem um papel estratégico, pois está muito baseada nos saberes e fazeres tradicionais; e o setor produtivo de ponta, já que as novas tecnologias permitem a criação de novos modelos e facilitam não apenas a criatividade como também a distribuição e o acesso aos bens culturais (Yudice, 2006 *apud* REIS; DEHEINZELIN, 2008).

O papel da economia criativa para o desenvolvimento local encontra-se no fato de que esta representa uma importante estratégia para qualificação e revitalização de áreas urbanas, espaços públicos e também nas áreas rurais. A diversidade cultural e natural pode originar iniciativas com maior probabilidade de sucesso e longevidade, segundo Reis e Deheinzelin (2008, p. 34), “pois são baseadas em diferenciais locais, únicos. Essas iniciativas serão tanto mais bem-sucedidas quanto mais setores envolvidos simultaneamente (exemplos: turismo, agronegócio, cultura, artesanato e gastronomia integrados)”.

Há estratégias nacionais indicadas pelo governo federal, no âmbito dos Ministérios da Cultura e do Turismo, para se trabalhar a perspectiva das economias criativas, todas possíveis de aplicação em relação ao planejamento do turismo. Contudo, conforme Coimbra de Sá, Silva e Bandeira (2015) ressalta-se que isso deve ser feito desde que se pense primeiramente pela perspectiva de uma relação de equilíbrio entre o turismo e a comunidade local, para que haja uma ponte entre o que o turista almeja vivenciar e a identidade cultural do lugar. Não se pode esquecer que as trocas econômicas, em especial no contexto da economia cultural, são trocas entre pessoas, seus sonhos e suas experiências; e, portanto, devem beneficiar igualmente a todos os envolvidos no processo.

Para isso, é preciso, por um lado, haver consciência de que se está usufruindo de um comércio justo; por outro, é fundamental a identificação do que é original, ainda que apresentado de forma tematizada. A tematização da experiência turística abre um amplo

leque ainda parcamente explorado de oportunidades, em um turismo participativo, que passa de passivo a ativo, de contemplativo a protagonista. Estabelecem-se relações com o contexto, formam-se redes de pessoas e relacionamentos, transformando as possibilidades de sonhos em experiências bem vividas (REIS; DEHEINZELIN, 2008, p. 85).

Algumas das diretrizes para que essa estratégia seja colocada em prática consistem em agregar valores culturais a outras atividades e setores, em especial o turismo (SEBRAE, 2015). Valoriza-se a especificidade local dos produtos e serviços agregados às cadeias produtivas como, por exemplo, por meio das tematizações de meios de hospedagem e da gastronomia, sempre com respeito à identidade cultural e ao protagonismo dos agentes locais (COIMBRA DE SÁ; SILVA; BANDEIRA, 2015).

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE destaca algumas ações e diretrizes que considera importantes: identificar saberes e fazeres, costumes e tradições locais; tematizar rotas e equipamentos turísticos, trabalhando com a territorialidade; explicitar referências da cultura do local nos produtos, serviços e lugares, pensando na perspectiva da economia da experiência; inovar o *mix* de produtos e serviços locais a partir dos conteúdos simbólicos, incluindo artesanato, turismo, gastronomia, agronegócios e outros; articular o tradicional e o inovador nos métodos de trabalho, produzindo a confluência de símbolos, por exemplo, *design* para os produtos e embalagens; utilizar a indicação geográfica como estratégia de negócios (REIS; DEHEINZELIN, 2008).

Gonçalves (2008) insere nesse contexto a noção de que o turismo de experiência oferece aos visitantes a oportunidade de desenvolver o seu potencial criativo através da participação ativa em experiências de aprendizagem que são características do lugar visitado. O turismo convencional dificilmente consegue criar essas oportunidades, pois oferece uma experiência muito passiva e de contemplação superficial apenas.

As novas perspectivas de se pensar o turismo procuram “uma variação ao modelo tradicional de turismo que interessa aos turistas que buscam uma experiência cultural prática fora dos roteiros de atrativos comuns” (GONÇALVES, 2008, p. 12). A autora destaca que o elemento-chave desse novo tipo de turismo diz respeito à participação ativa do indivíduo naquilo que se designa por experiência turística, e o abandono da “bolha turística” que mantinha o visitante numa realidade artificial à parte, distante da comunidade receptora e numa atitude contemplativa (URRY, 1990 *apud* GONÇALVES, 2008).

Nesse sentido, o visitante pode, no destino escolhido, participar de atividades de lazer ligadas à contação de histórias, preparação de pratos da culinária local, produção de artesanato, colheita, oficinas de manutenção de equipamentos e/ou instrumentos típicos, atividades de pesca, entre outras possibilidades que permitem experiências pessoais únicas, pautadas na troca com as comunidades e que levam a um processo de autoaprendizagem para todos os envolvidos a partir da descoberta de novas culturas e, portanto, novos mundos.

Essa possibilidade de oferecer vivências e experiências aos turistas pode ser associada à rotina de produção dos artesãos do Vale Sanfranciscano, sendo que alguns já demonstram interesse em compartilhar suas habilidades e processos de produção, seja com pessoas interessadas em aprender, com potenciais parceiros, quanto com turistas e/ou admiradores do artesanato local.

Para fins desse artigo, considera-se o Vale Sanfranciscano como um território –

ainda que, por sua extensão, observem-se diferenças culturais, sociais, econômicas e políticas entre as diversas comunidades ribeirinhas que o habitam. Assim, resgata-se a ideia de Santos (2012, p. 37) sobre o território como “uma localidade como espaço socialmente ocupado”. E, conforme Abramovay (2000), que representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades. Assim sendo, trata-se de um espaço onde encontram-se envolvidos os atores sociais locais, incluindo a comunidade, o poder público e a iniciativa privada (HAESBAERT, 2006).

A produção de populações tradicionais, a exemplo das que se localizam no Vale Sanfranciscano – plantio, criação, caça, pesca, extrativismo e artesanato – está associada a relações de parentesco e compadrio baseadas em relações de troca e solidariedade entre famílias, grupos locais e comunidades. Por isso, vender para o mercado não é o único fim, sendo que parte considerável da produção é destinada ao consumo e às práticas sociais (festas, ritos, procissões, folias de reis etc.), mantendo assim a unidade do grupo.

Cabe ressaltar também, conforme aponta documento da Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais – CIMOS e do Ministério Público de Minas Gerais – MPMG (s.d.), que a produção desses povos e comunidades é marcada por ritmo e lógica próprios. Muitas vezes o discurso do desenvolvimento econômico busca imprimir outros ritmos e lógicas aos processos produtivos de tais comunidades, sem considerar que estas são estruturadas com base em princípios de autonomia e liberdade que não combinam com uma irrestrita subordinação ao mercado.

Esses grupos sociais possuem expressões culturais próprias, um repertório considerável de mitos, ritos e conhecimentos herdados de ancestrais e que são ligados às suas atividades produtivas. Para além dos procedimentos técnicos envolvidos, são esses pressupostos que garantem a produção, o consumo e a sua maneira específica de se relacionar com a natureza e com tudo que os cerca. E, como vale destacar, tais práticas estão ligadas comumente à utilização de recursos naturais renováveis e de tecnologias de baixo impacto ambiental, explorando as potencialidades locais e respeitando os limites da natureza (CIMOS; MPMG, s.d.).

Articulando essas questões com o referencial teórico anteriormente apresentado, concorda-se com Toledo e Toledo (2013) em relação à economia criativa ser um estímulo à “desmarginalização” das comunidades periféricas, que realizam artesanato como modo de aumentar renda. Isso relaciona-se com a ideia de aproveitar a cultura do território como fonte geradora de renda, fazendo com que a haja motivação dentro da comunidade para melhorar os negócios e as condições de trabalho.

Segundo esses autores, na economia tradicional prevalece a lei da oferta e demanda, o que implica no valor do produto. Contudo, para a economia criativa o que predomina é a criatividade e a sustentabilidade. Portanto, esta está ligada ao capital intelectual, o que contempla as diversas formas de criação humana, a cultura, as artes, o artesanato etc.

Do Val, Makiya e Cunha (2014) citam a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento – UNCTAD (2010) para explicar que, nesse contexto, a formulação de novas ideias para a produção cultural pode envolver funcionalidade e inovação tecnológica, que são elementos importantes para o empreendedorismo, aumentando a produtividade e promovendo o crescimento econômico de um determinado território. Para os autores, a chave para entender a estrutura econômica da criatividade e seus efeitos estão nos 3T da teoria do desenvolvimento econômico: tecnologia, talento e tolerância (SUCIU, 2010, tradução dos autores) que promovem a inclusão produtiva e social da população, assim como geração de renda. E que, para isso, é necessário fazer um levantamento de qual local será realizado o trabalho buscando identificar as características e futuras potencialidades da região (ALBAGLI, 2006).

A seguir, levando-se em consideração as observações em campo, inicia-se a identificação do artesanato local no Vale Sanfranciscano objetivando destacar a potencialidade do mesmo para o turismo de experiência, atividade essa que está pautada no interesse e criatividade dos artesãos visando a incorporação do turismo enquanto atividade associada à sua produção artesanal.

4 METODOLOGIA

O território abrangido pela pesquisa encontra-se situado às margens do “Velho Chico”, expressão de afeto pela qual muitos brasileiros se referem ao Rio São Francisco. Esse é um dos mais importantes rios brasileiros, tanto pela sua extensão de aproximadamente 2.700km, quanto pela sua abrangência espacial, pois atravessa 503 municípios, dos quais 117 apenas na Bahia; e ainda pelos estados de Minas Gerais, onde estão suas nascentes na Serra da Canastra, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, onde está sua foz desembocando no Oceano Atlântico. Sua bacia espalha-se por 640km², correspondendo a 7,5% do território nacional e alcança também os estados de Goiás e o Distrito Federal. Ao longo do seu percurso, atravessa três importantes biomas: o Cerrado, a Caatinga e a Mata Atlântica. Aliado a essas questões, por sua importância histórica e política, é considerado o rio da “integração nacional” (SOUZA, CALDAS, 2009).

Os estudos desenvolvidos no âmbito do Projeto “Rio São Francisco: cultura, identidade e desenvolvimento”, e cujos resultados são aqui apresentados, foram obtidos ao longo de quatro expedições realizadas pelo GPTURIS/UNIFACS à bacia do Rio São Francisco entre os anos de 2007 e 2013. E referem-se aos trechos do Médio, Submédio, chegando até o Baixo São Francisco. As expedições foram inspiradas pela experiência do famoso engenheiro baiano Theodoro Sampaio (1905 [1998]), que relatou sua memorável expedição pelo rio no final do século XIX, a denominada Comissão Hidráulica, comandada pelo engenheiro norte-americano William Milnor Roberts. Todas as expedições realizadas como parte do projeto são registradas como diários de viagem e publicadas em forma de roteiros temáticos das regiões visitadas.

A primeira expedição aconteceu entre 8 e 14 de outubro de 2007 e foi denominada de “Expedição Juquiá”. O seu circuito percorreu aproximadamente 3.000km, saindo de Salvador em direção a Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), atravessando os municípios de Casa Nova, Sobradinho, Salgueiro, Paulo Afonso, Delmiro Gouveia, Penedo, Propriá, Conde, e retornando à capital baiana (SOUZA, CALDAS, 2009).

A segunda expedição, chamada de “Expedição Surubim”, foi realizada entre os dias 14 e 21 de novembro de 2008. O percurso correspondeu a 2.000km e contou com mais desafios e dificuldades em relação à experiência anterior, devido a problemas de deslocamento e acesso devido à precariedade das estradas da região. O trajeto percorrido foi Salvador – Xique-Xique – Barra. Também foram adentrados os Brejos de Barra, a APA Dunas e Veredas do Baixo Médio São Francisco e ilhas fluviais entre Xique-Xique e Barra. Visitou-se também o Projeto Baixo de Irecê, entre outros (SOUZA; MOUSINHO, 2011).

A terceira expedição, intitulada “Bom Jesus da Lapa e municípios vizinhos: múltiplos caminhos de fé”, aconteceu entre os dias 9 e 18 de julho de 2012 percorrendo mais de 3.000km. Os municípios pesquisados incluíram Ibotirama, Muquém do São Francisco, Paratinga, Bom Jesus da Lapa, Sítio do Mato, Serra do Ramalho e Carinhanha, cidade ribeirinha nos limites da Bahia com Minas Gerais. A saída dos pesquisadores se deu novamente a partir de Salvador rumo ao São Francisco até chegar a Carinhanha, por onde iniciou-se o percurso na região. A paisagem durante a viagem revelou diversas formas de

relevo: desde a Planície Costeira em Salvador, passando pela Fossa Tectônica nas proximidades de Simões Filho, o Planalto Dissecado da Chapada Diamantina, a Depressão Sanfranciscana e, finalmente, o Vale do São Francisco. Também foram observados diversos ecossistemas desde os vestígios de Floresta Tropical Atlântica, passando pela Caatinga, e observando diversas atividades econômicas como as plantações centenárias de cana de açúcar até a pecuária bovina extensiva e agricultura de subsistência (SOUZA; COSTA, 2015).

A quarta expedição ao Rio São Francisco, também chamada de “Percorrendo o Sertão Sanfranciscano”, foi realizada no período entre 25 e 31 de julho de 2013. O trajeto compreendeu o norte do estado da Bahia, mais precisamente os municípios de Paulo Afonso, Glória e localidades vizinhas. Passou também por cidades no estado de Alagoas, como Piranhas e Delmiro Gouveia; em Sergipe, Canindé de São Francisco; e em Pernambuco, onde foi visitada a comunidade indígena dos Pankararu, num percurso total de 2.000 km. (PASSINHO; ALMEIDA, 2013). Focou-se principalmente a região do Cânion.

Durante viagem a Penedo (AL), em maio de 2017, para participação no evento II Diálogos em Turismo e Desenvolvimento, foram realizadas visitas para observar especificamente o artesanato local e obter informações complementares para fins desse artigo. A quinta expedição do projeto acontece no mês de setembro de 2017 atingindo o Baixo São Francisco e a Foz.

Em todas as expedições realizadas, os pesquisadores puderam observar e conhecer produtos artesanais, assim como artesãos e artesãs, e outras pessoas envolvidas com o artesanato nos territórios visitados. As coletas de dados foram realizadas através de observações em campo, registro fotográfico e audiovisual, e entrevistas com informantes qualificados e outros membros das comunidades visitadas. Para fins desse artigo, apresenta-se uma descrição desses achados, assim como as percepções da equipe de pesquisadores sobre objetos e práticas culturais artesanais que se constituem como relevantes atrativos com potencialidade para o turismo de experiência.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A produção artesanal no Vale Sanfranciscano vem se estruturando através de associações, cooperativas, projetos e parcerias com pastorais e ONGs conforme já abordado, o que pode indicar tentativas de intensificação da produção como um viés para fortalecimento da economia local.

Tal fortalecimento econômico do território é de suma importância na redução das desigualdades sociais e na melhoria das condições de vida de todos. E a inserção da produção artesanal na cadeia produtiva do turismo agrega valor a tal prática social, destacando o patrimônio cultural local, possibilitando experiências singulares pelo visitante, ao conhecer práticas que muitas vezes remontam gerações.

A valorização de saberes, tradições e práticas presentes na produção artesanal dinamiza o território, concorrendo no fortalecimento de laços afetivos que se estabelecem entre a comunidade e o seu espaço social. Tal relação de pertencimento territorial é intensificada com as apropriações – sociais, culturais, políticas, econômicas – dos indivíduos e grupos sociais sobre o território, ressignificando-o e gerando territorialidades.

Estas, por sua vez, são compreendidas por Sack (1983, p. 63) como estratégias, com o fim de “criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual experimentamos o mundo e o dotamos de significado.”

A significação espacial pelos grupos sociais também é discutida por Haesbaert

(1999, 2004) ao trazer a contribuição lefebvriana sobre o “espaço feito território” e sua dupla conotação: enquanto substrato material em uma dimensão puramente material, funcional (valor de troca) e, em outra, simbólica (valor de uso), onde se registram as marcas do vivido, daquilo que foi e é ressignificado por um ou mais grupos sociais.

Nessa segunda conotação, é possível estabelecer uma relação com muitos grupos sociais do Vale Sanfranciscano onde se verifica a presença expressiva da produção artesanal. Tais grupos, muitos deles pertencentes a povos e comunidades tradicionais, vivenciam um território multifuncional, através de uma noção de espaço-tempo vivido numa perspectiva múltipla, diversa e complexa (HAESBAEERT, 2004).

A produção artesanal, conforme os relatos recolhidos durante as Expedições no período de 2007 a 2013, reforçam os laços com seu território, extrapolando a simples relação econômica de produção e venda.

A confecção dos artefatos herdada de gerações, assume a forma de símbolos que expressam a própria identidade regional e a relação de pertencimento territorial tais como as carrancas no médio São Francisco, as miniaturas de barcos a vela e canoas de tolda nos municípios em seu baixo curso. O uso de materiais extraídos do bioma onde a prática artesanal é realizada intensifica a relação de pertencimento do indivíduo/comunidade com o meio ambiente. Madeira, argila, sementes, cabaças, fibras naturais, são algumas das matérias primas utilizadas, e a preservação do ambiente é necessária na continuidade da produção.

Nesse sentido vale ressaltar que algumas comunidades indígenas do Vale encontram dificuldades em coletar em seus territórios toda matéria prima necessária para confeccionar seus artefatos, tanto aqueles destinados a comercialização como os utilizados pela própria comunidade, tais como maracás, roupas ritualísticas tecidas comumente com a fibra do caroá (bromeliácea típica do bioma caatinga), cocares, braceletes, colares, entre outros.

Tal dificuldade é em parte explicada pela reterritorialização de alguns povos em razão de reordenamentos territoriais no Vale Sanfranciscano, principalmente a partir da segunda metade do século XX, com a construção de barragens e da intensificação da agricultura irrigada e do agronegócio. Muitas vezes os novos territórios que lhes são atribuídos apresentam menor biodiversidade e áreas degradadas, com a vegetação nativa desmatada e manejo inadequado do solo demandando dos povos indígenas esforço desmedido e a aplicação de tecnologias sociais para que possam transformar o novo território em produtivo.

Uma situação extrema é vivenciada pelo povo Tuxá de Rodelas, que vive em uma aldeia urbana de 50 HA em área contígua à sede municipal, sem acesso à terra para plantio e extração de matérias primas para a confecção artesanal. Esse povo foi desterritorializado em consequência da inundação de seu território quando da construção da Usina Hidrelétrica de Itaparica e há quase trinta anos luta pelo acesso a novo território que lhes possibilite retomar suas práticas econômicas, culturais e espirituais de modo pleno.

Apesar de serem exímios artesãos, confeccionando colares, brincos, braceletes além de artefatos para uso cotidiano e ritualístico, todos apresentando singular beleza e fino acabamento, dependem de fornecimento externo para a sua elaboração.

O artesanato no Vale Sanfranciscano reflete o “cadinho” de culturas aí existentes, como já pontuado por Sampaio (1905), decorrente à multiplicidade de segmentos e etnias que ocuparam aquele espaço geográfico e provenientes de diversos outros lugares, desde os tempos coloniais (SOUZA; COSTA, 2015).

5.1 A produção do artesanato no Vale Sanfranciscano

De acordo com Souza e Caldas (2009), Juazeiro (BA) e Petrolina (PE) constituem-se como o “polo das carrancas”. Essas imagens correspondem a figuras do artesanato regional, metade homem metade animal, que acompanhavam antigas embarcações do São Francisco, visando protegê-las. As carrancas, como ficaram conhecidas, são produzidas, sobretudo, neste trecho do rio e expressam a identidade do Vale Sanfranciscano, tendo sido elevadas à categoria de símbolo regional – sabe-se igualmente que a região de Pirapora (MG) produz excelentes exemplares de carrancas.

Durante a primeira expedição, a equipe visitou a Oficina do Artesão, mantida pela Prefeitura Municipal de Petrolina, onde vários profissionais trabalham, sobretudo, com a madeira. As carrancas tipo “vampiro”, o modelo dominante, mas não exclusivo, são esculpidas em madeira, especialmente a umburana, que ainda é encontrada na região. As carrancas, segundo Moreira (2006), apresentam-se em uma grande diversidade de formas, tais como cavalo, leão e humano, sempre com expressões fortes, demonstrando raiva. Mas no local também há a elaboração de esculturas de imagens sacras, como é o caso daquelas produzidas pelo artesão Roque Santeiro (SOUZA; CALDAS, 2008).

Observou-se que, embora ali existisse um grande número de peças estocadas, os artesãos reclamavam das vendas que eram baixas. Notou-se que, quando da visita à Oficina, um grupo de turistas também havia chegado por lá e esses somente adquiriram peças pequenas sob forma de chaveiros e miniaturas de carrancas. Essa questão está associada à busca dos turistas por “lembranças” no formato tradicional de souvenirs, tanto por questões do espaço que as mesmas ocupam na bagagem, quanto pelo preço mais baixo. Isso é mais observado especialmente nas viagens que seguem o formato do turismo convencional, e que não estão diretamente relacionadas a alguma motivação específica, como é o caso da busca por experiências únicas e personalizadas do turismo de experiência.

Outro lugar de interesse é o Memorial de Ana “das Carrancas”, mulher que se distinguiu na produção dessas figuras, dando-lhes uma expressão menos agressiva. Seu trabalho era feito exclusivamente com argila e era chamada de “loiceira” ou “dama de barro”. No seu Memorial, além de peças originais da artesã, encontram-se livros sobre a sua vida e sobre sua produção, sobre os quais ressalta-se que ela produzia carrancas cegas, em homenagem ao seu marido, com deficiência visual (SOUZA; CALDAS, 2009).

Os pesquisadores ainda tiveram a oportunidade de visitar o Museu do Sertão, em Petrolina (PE), que dispõe de um enorme acervo com objetos regionais, sertanejos, da cultura indígena, e outros ligados ao cangaço e aos tropeiros.

Ressalte-se também que, tanto no governo municipal como na instância federal, as “carrancas” são consideradas como símbolo regional do São Francisco, sendo utilizadas em numerosas peças decorativas. Por exemplo, os telefones públicos espalhados pela cidade, conhecidos popularmente como “orelhões”, são representados por carrancas. Em sedes de bancos essas figuras também estão presentes, produzidas em grande formato e sempre em madeira.

Destaca-se, ainda, uma “carranca” totalmente estilizada, vista no escritório local do SEBRAE em Juazeiro, sendo confeccionada em madeira escura em forma de “entalhe”, o que não deixa de ser surpreendente, pelo rompimento total com o seu padrão tradicional. Diversos outros objetos são confeccionados com o tema “carranca”, como é o caso dos porta-garrafas, muito comercializados sobretudo no Aeroporto e em lojas de artesanato local.

Pelos estudos já empreendidos ao longo do São Francisco percebeu-se uma

diversidade de arranjos produtivos, destacando que vários artesãos trabalham como autônomos. Esse é o caso de Sizaltino Brito, antigo prático de navegação que, depois de aposentado, aproveita seu tempo como artesão, reproduzindo as embarcações onde trabalhou, em tamanho reduzido. Reaproveita como matéria-prima, portas de geladeira, desenvolvendo um trabalho minucioso de reciclagem, confeccionando as pequenas embarcações à partir de fotografias antigas. Procura destacar muitos detalhes dos navios, inclusive instalando iluminação elétrica. Para dar um toque mais realista, coloca nas embarcações pequenos bonecos (do tipo “Playmobil”) vestidos a caráter (desde o comandante e sua tripulação, bem como os passageiros – homens, mulheres e crianças).

O preço cobrado por cada peça variava de R\$ 300,00 a R\$ 500,00 (valores de 2009). Seu ateliê está localizado no fundo da sua casa, no quintal, onde ele trabalha com muito afinco e grande preocupação em preservar a história. Admirável pessoa, à época da expedição estava com 80 anos aproximadamente, mas recentemente a equipe foi informada sobre o seu falecimento, aos quase 90 anos.

Outro artesão juazeirense de destaque é Pedro Queimado que tinha, no momento da pesquisa, 70 anos e produzia carrancas a partir da madeira umburana. Sua entrevista foi realizada em seu ateliê, um ambiente espaçoso e com muita madeira estocada. Ele trabalha com o filho adolescente, esculpindo carrancas de um metro, no mínimo. Os preços variam de R\$ 300,00 a R\$ 500,00. No entanto, aceitou encomenda para produzir uma carranca de 80cm, para a qual cobrou o valor de R\$ 80,00, tendo sido esculpida em apenas dois dias, com alto padrão de qualidade.

Na mesma linha de artesãos autônomos, ainda pode-se citar Milton Cão, de Xique-Xique (BA), e Josevaldo Vieira Silva ou Jota Vieira, de Carinhanha (BA). Milton Cão, é assim conhecido porque, na juventude, jogava futebol com muita “tenacidade”, conforme declarou em entrevista (SOUZA; MOUSINHO, 2011). Era muito esperto e brigava muito. Agora, segundo seu relato, se tornou evangélico, está mais calmo e só vive para família e para a arte. Trabalha com a madeira umburana, desenvolvendo seu trabalho sozinho, tendo, porém, a logística da família (mulher e filhos) que cuidam da contabilidade e preços, usando a Internet para atender às demandas. Apresenta uma singularidade no seu trabalho, que é a figura do pescador com um grande peixe nos ombros, símbolo do povo da região. Essa imagem é reproduzida em vários tamanhos, de decoração em residências, casas comerciais, hotéis, e em praças públicas, onde há uma grande estátua com as mesmas características de outras de menor porte. Na entrada do Parque Aquático da cidade, a estátua do Pescador extrapola o tamanho natural. Milton Cão é considerado o grande artesão de Xique-Xique. Nesse município, os demais artesãos dedicam-se majoritariamente ao artesanato utilitário, com muitas panelas, moringas, potes, dentre outros, que são comercializados na feira local.

Com relação à Jota Vieira, de Carinhanha, este é considerado um artista eclético, que trabalha diversos materiais como barro, madeira, cimento, pó de serra etc. Produz principalmente bustos, com características bem marcantes, por vezes “chocantes”. Faz imagens de arte sacra e profana.

Um segundo segmento de artesãos é aquele em que o artesão principal é considerado o “mestre” (lembrando as corporações medievais) e este trabalha com vários jovens, seus aprendizes. Nesse caso, procura-se maximizar o conceito de qualidade e isso é geralmente conseguido. É o caso do artesão e Pai de Santo Geraldo, da cidade de Barra (BA) que, ao ganhar notoriedade, passou a utilizar o nome artístico Gerard. Trabalha predominantemente o barro, produzindo peças sacras que são internacionalmente conhecidas e apreciadas. Suas imagens de Nossa Senhora da Conceição, se apresentam com mantos e véus esvoaçantes que transmitem leveza e um certo ar celestial. Suas peças

já foram vendidas para a França, Alemanha, Itália, dentre outros países, e têm alto valor comercial. Tiveram muito destaque nas exposições do antigo Instituto Mauá (BA), que foi desativado pela administração estadual.

Esse artesão possui um ateliê de grande porte que se localiza afastado do centro da cidade, funcionando também como um Terreiro de Candomblé. No local são encontradas muitas peças representando Orixás, que são expostas num espaço bem arborizado e tranquilo, onde está notadamente presente o sincretismo religioso.

Outro exemplo de artesão dessa categoria é o Santeiro conhecido como Tim Maia, da cidade de Penedo (AL). Ele trabalha com madeira, esculpindo as suas peças de arte sacra em umburana. Prima muito pela qualidade do seu trabalho, que é transmitido a vários jovens aprendizes. Em visita ao seu ateliê, realizada em março do corrente ano, ele finalizava uma peça encomendada para um Congresso de Odontologia, em Maceió. Em seu depoimento, ele disse que sempre recebia encomendas, no entanto, atualmente vem enfrentando problemas com os seus seguidores. A cada ano diminui o número de aprendizes e uma pequena verba oficial que recebia, foi reduzida, o que dificulta ainda mais a situação.

Seus preços costumam ser sempre superiores a R\$ 250,00, mas, ainda assim, foi adquirida uma pequena imagem de São Francisco (talvez a menor do seu acervo), pelo valor de R\$ 180,00. Vale ressaltar que, no momento da entrevista, sua esposa o ajudava a finalizar as peças, lixando-as cuidadosamente. Era ela também a pessoa encarregada de comercializar os produtos. Tim Maia compartilha o local de trabalho com outro artesão, conhecido por Castanho, que produz, em gesso, bustos de pessoas importantes, como políticos, artistas etc. e que destaca-se como um trabalho de excelente qualidade.

Ainda em Penedo (AL) há um trabalho também realizado em gesso que merece destaque, porém que não foi possível identificar o artista. Trata-se da reprodução de miniaturas ou maquetes da arquitetura local: igrejas, a prefeitura, o teatro, que são peças produzidas na localidade e comercializados no Centro de Artesanato.

O terceiro segmento que vale assinalar é aquele formado por artesãos e artesãs que trabalham em grupo, cooperativas, associações, oficinas mantidas pela Igreja Católica ou por Organizações Não Governamentais – ONGs. Destacam-se vários os exemplos, a saber: no município de Barra (BA), na área rural Comunidades dos Brejos, há uma grande quantidade de artesãos que trabalham com o barro, em olarias bem rústicas, com o produto seco ao sol ou em fornos de madeira. São peças utilitárias como panelas, potes para armazenar água, moringas etc. que são comercializadas nas feiras semanais de Xique-Xique ou Barra. Muitos objetos são encomendados e há uma produção diária média de 12 objetos por artesã. O artesanato utilitário é também encontrado nas ilhas fluviais que estão localizadas entre Xique-Xique e Barra.

A Cooperativa Nossa Senhora de Fátima, em Barra (BA), é um exemplo de organização onde as artesãs trabalham em conjunto, mas assinam as suas peças, que são expostas e comercializadas na sala de vendas. Os caxixis ou peças em miniaturas de objetos decorativos ou utilitários são geralmente confeccionados por crianças da família das artesãs e, com isso, o aprendizado dos diversos saberes e fazeres é transmitido a partir da oralidade através das gerações.

Atualmente pode-se observar que a atenção às artes ainda perdura por meio de um artesanato de elevado padrão e extremamente variado: peças de barro, couro, palha de bananeira, crochê, “frivolité”, tricô etc., tudo é feito com qualidade e atenção aos detalhes e acabamentos, havendo também uma grande preocupação no repasse desses conhecimentos às gerações mais jovens. Verifica-se a participação da Igreja Católica no fomento e organização, através de Pastorais que, além de orientar crianças, adolescentes e

jovens, contribui com os grupos de mulheres artesãs na sua organização. O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE também orienta a organização das Cooperativas (SOUZA; MOUSINHO, 2011).

Em Bom Jesus da Lapa (BA), a artesã Rita de Cássia Teixeira faz artesanato com a folha de banana, num projeto de reaproveitamento da fibra da bananeira proveniente do Projeto Formoso, perímetro irrigado da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF. São poucas artesãs que trabalham na Associação das Mulheres Rurais do Projeto Formoso (AM Forte), criada em 1997, e não observou-se muita força nesse grupo, a não ser pela figura da própria líder.

Em Paulo Afonso (BA), no distrito de Malhada Grande, existe uma grande concentração de artesãs que trabalham com teares manuais, utilizando a fibra de algodão tingido, além da técnica do crochê. A Associação Comunitária de Artesanato de Malhada Grande – ACAMG conta com orientações, sobretudo, de como gerir o negócio, obter financiamentos e inserir seus produtos nos mercados das grandes cidades (PASSINHO; ALMEIDA, 2013). Os preços são competitivos, os produtos de excelente qualidade e bom gosto em suas padronagens, destacando-se redes de casal e de solteiro, mantas, tapetes, jogos de cozinha, almofadas, jogos americanos, cortinas, fronhas, bolsas.

No mesmo distrito também está situada a Associação de Tecelagem das Mulheres Artesãs do Rio do Sal. A decana das artesãs dessa região, a dona São Pedro, com declarados 92 anos, é uma senhora muito ativa e simpática, que acompanhou o grupo até um sítio arqueológico, com inscrições rupestres, localizado próximo à sua casa, onde fica também o seu ateliê. Segundo ela, “a técnica da tecelagem para a produção de redes é um legado para as próximas gerações da família”. Por ser extremamente minuciosa a técnica utilizada por dona São Pedro e por outras mulheres da comunidade, seus produtos têm uma qualidade superior a outros artigos semelhantes de outras regiões, podendo-se perceber a firmeza do tear e a beleza do produto (PASSINHO; ALMEIDA, 2013).

Vale ressaltar ainda, na categoria de trabalho em grupo, a Associação Contos e Pontos de Penedo (AL), que confecciona peças variadas com um bordado bem peculiar de “ponto cheio” e design bem autêntico da região. Inicialmente chamava-se Associação de Inclusão Social Bordadeiras de Penedo, tendo nascido da organização e formalização de um grupo de mães, adolescentes e crianças que participavam das atividades desenvolvidas pela Casa da Amizade da cidade.

Entre uma aula e outra, elas aprendiam a arte do crochê, do bordado, do fuxico e da costura. E, assim, o que surgiu como passatempo tornou-se uma importante ferramenta de inclusão e geração de renda. A produção de peças artesanais que contam histórias e lendas da região, principalmente das comunidades ribeirinhas do Velho Chico [...] rende hoje muito mais que geração de emprego. O trabalho desenvolvido pela Associação vem costurando sonhos e uma vontade imensa de mudar e de buscar novas perspectivas para as mulheres envolvidas no projeto. [...] passou por mudanças, desde as peças, que se tornaram mais modernas e atuais, até a sua marca. Em 2011, passou a ser chamada Contos e Pontos, fazendo uma alusão às histórias e lendas retratadas em cada ponto costurado em suas peças artesanais, valorizando cada vez mais a cultura local. Atualmente, as bordadeiras recebem encomendas de diferentes pontos do Brasil, e suas peças continuam agradando uma vasta e diversificada clientela

(Dados obtidos com a Associação, visita a campo, 2017).

Nota-se a qualidade e o carinho com que são produzidos esses materiais. Há diversos itens como: vestidos para adultos e para crianças, panos de bandeja, toalhas de mesa, conjuntos para cozinha etc. Esse grupo de artesãs recebe consultoria do SEBRAE.

Na APA da Marituba, localizada entre os municípios de Penedo, Feliz Deserto e Piaçabuçu, todos em Alagoas, encontra-se um grupo que trabalha com a palha do coco licuri, confeccionando peças de grande qualidade e beleza, como bolsas, caixinhas de joias, porta pão, bandejas etc. Trata-se da Associação dos Trançados de Marituba.

Destaca-se ainda um grande grupo, bastante estruturado, composto por mulheres e localizado no distrito de Entremontes (Piranhas-AL). Elas trabalham um tipo de bordado conhecido como “redendê”, que é de rara beleza, tendo enorme aceitação no mercado. O grupo, conhecido como Companhia de Bordados de Entremontes, faz parte, desde 2014 do projeto Olhar do Sertão da estilista Martha Medeiros em parceria com a Fundação Oftalmológica Dr. Rubem Cunha. De acordo com o *website* oficial do projeto (MEDEIROS, s.d.), “a ação se inicia dando assistência a mais de 300 pessoas com dificuldades de visão e, em breve, oferecerá soluções para problemas dentários e atuará na prevenção do câncer de mama”. Martha Medeiros é uma alagoana que se tornou sinônimo de luxo no mercado da moda internacional, ao colocar em novo patamar as rendas brasileiras, segundo a estilista num diálogo e troca constantes de conhecimento entre ela e as rendeiras. De fato, observou-se que o grupo trabalha dentro de um espírito empreendedor, destacando a qualidade e a busca da perfeição. Além de “redendê”, trabalha também com o “ponto de malha”, também conhecido como ponto de cruz.

Finalmente, é preciso ressaltar a produção do artesanato nas comunidades indígenas. Nos municípios baianos de Muquém de São Francisco, Ibotirama e Serra do Ramalho, foram visitadas Terras Indígenas (TI) Kiriri, Tuxá e Pankararu. Na ocasião, as comunidades visitadas despertaram interesse por apresentar algumas especificidades, a principal delas a presença de uma cacique mulher na TI Kiriri Barra, em Muquém de São Francisco, apontando uma nova perspectiva de atuação social das mulheres indígenas em suas comunidades e na sociedade envolvente (COSTA; SOUZA, 2012). O artesanato Kiriri é confeccionado e ensinado aos mais jovens e, nas reuniões do movimento indígena, o mesmo é levado para ser exposto e comercializado. Destaca-se a produção de peças a partir de matérias-primas como chifres, madeira e sementes. Contudo, devido aos processos de desterritorialização e reterritorialização pelos quais passaram as comunidades indígenas, muitos desses itens não são mais encontrados com facilidade pelos povos indígenas, o que dificulta a manutenção da produção artesanal, entre outros sérios problemas que estes enfrentam.

Conforme registrado por Souza e Caldas (2009), ainda no que se refere à atividade do artesanato no território estudado, existem três aspectos a ser ressaltados. O primeiro deles é com relação à produção em massa de artigos de madeira; eles surgiram como objetos – símbolo da região, feitos em pequena quantidade, passando ao longo do tempo por uma transformação e, vieram a ser produzidos em grande escala, para atender ao turismo. Outro aspecto está relacionado aos preços: as peças maiores, em geral têm preços considerados altos (400 reais ou mais) para a realidade brasileira. Por outro lado, há ainda o aspecto relacionado à questão ambiental: será que a fonte de matéria-prima para a confecção desses objetos está sendo utilizado de maneira sustentável?

Segundo depoimentos da quase totalidade dos artesãos com os quais a equipe teve contato, nota-se a preocupação dos mesmos com a tendência à escassez da matéria-prima. Tanto em relação à madeira umburana, devido ao desmatamento indiscriminado que se

espalha pela região, seguido de queimadas, quanto a outros materiais. Essa queixa é verificada nos trechos do médio e do submédio São Francisco. Já no Baixo São Francisco, onde há uma forte incidência de artesanato de barro, também os artesãos estão se conscientizando da finitude da matéria-prima: a argila. Muitos artesãos são obrigados a pagar um preço mais elevado pela carga de argila, que geralmente é transportada por carroças, vindo de áreas cada vez mais longínquas. Essa situação foi constatada em Santana do São Francisco, ex-Carrapicho, no estado de Sergipe.

Destaca-se que o artesanato do Vale do São Francisco, em suas diversas modalidades, caracteriza-se por ser de alta qualidade. Mas, este saber-fazer está, de certa forma, se perdendo. As novas gerações não estão seguindo os passos dos artesãos mais antigos, como outrora se verificava. Pudemos constatar na região de Bom Jesus da Lapa (no distrito de Gameleira e na própria sede municipal), onde se produziam lindos trabalhos de crochê, tricô e bordados em pontos de cruz, que um grupo de artesãs idosas encontra-se com baixa produtividade.

Os jovens, vivendo o atual momento técnico-científico-informacional (SANTOS; SILVEIRA, 2005), estão ligados às redes sociais através do celular e do computador, aspirando novas oportunidades de trabalho, diferentes daquelas exercidas por seus pais, inserindo novos conceitos como a reciclagem, o empreendedorismo através do trabalho em cooperativas etc. Contudo, destaca-se a necessidade que os mesmos despertem o interesse também para o processo artístico e produtivo do artesanato, para que a criação dessa importante forma de arte não seja perdida.

Muitos desses jovens possuem afinidades artísticas, pois são novos talentos que despontam para a música ou para a poesia, sendo que organizam frequentes Encontros e Festivais, como observado em Bom Jesus da Lapa, Paratinga, Ibotirama e Carinhanha, por exemplo. Inúmeras de suas canções são inspiradas no Rio São Francisco. Neste sentido, foram ainda verificados os Festivais de Cordelistas, com produção fortemente crítica.

Fato recorrente entre os artesãos é de se sentirem tocados “por uma força superior, sobrenatural”, que os impulsiona a produzir os respectivos trabalhos. Essa observação pode ser associada ao fato de existir um forte sentimento de religiosidade verificado na população do Vale Sanfranciscano.

Pelo que foi percorrido ao longo desse texto, o artesanato também se mostra muito diversificado e de excelente qualidade em qualquer modalidade em que é confeccionado: em palha de bananeira, de licuri, em couro, em bordados de pontos de cruz, pontos de crochê, em madeira, em barro e outros.

O artesanato Sanfranciscano é também marcado por um forte simbolismo: além da carranca “que representa o assustar o outro”, o amedrontar; há também a mulher “carregando água com um pote na cabeça”, mostrando a força da mulher que vai procurar água para sua alimentação e para a sobrevivência da sua família; a figura do pescador com o peixe, a família do retirante, o artesanato utilitário com peças da cozinha regional e o decorativo, sobretudo com os objetos de adorno feitos por comunidades indígenas e várias outras situações do cotidiano sertanejo.

Há de ressaltar a arte sacra, com a confecção em barro e madeira predominando a imagem de São Francisco, além de outras, tais como Nossa Senhora da Conceição, em menor escala. A produção artesanal de santos e outros símbolos do catolicismo remonta a presença de missões jesuíticas no Vale durante o período colonial, o que deixou marcas expressivas na cultura regional com base no catolicismo popular.

A profissão do pescador artesanal, hoje em dia em declínio, sempre possibilitou o desenvolvimento do trabalho manual através do fabrico de canoa e embarcações mais elaboradas, bem como a confecção de redes para pesca e vários outros apetrechos

necessários a essa atividade. Tradicionalmente, esse trabalho foi sempre compartilhado com as mulheres dos pescadores ou com outras mulheres da sua própria família.

O uso de vários produtos naturais como a argila, a madeira especialmente a umburana, as fibras de bananeira ou da palha de coco de licuri, o gesso ou mesmo materiais reciclados fazem do artesanato uma atividade bastante variada e com uma enorme potencial para servir de meio de subsistência à população ribeirinha. Havendo muitas possibilidades também de inserção na nova tendência de utilização do Vale Sanfranciscano como produto turístico, em especial o turismo em que o artesanato pode ser destacado como diferencial para a experiência dos turistas e visitantes daquela região.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo buscou estabelecer a relação entre artesanato, cultura, identidade e desenvolvimento local, questões fundamentais para a compreensão do objeto de estudo proposto. A produção artesanal foi considerada um importante patrimônio cultural do Vale Sanfranciscano, sendo criado a partir dos saberes e práticas da cultura popular das comunidades ribeirinhas, num diálogo entre aspectos artísticos e econômicos, locais e globais, rurais e urbanos, de tradição e modernidade.

O texto apresentou uma reflexão a respeito do turismo de experiência e sua potencialidade para a valorização desse patrimônio cultural. Essa questão foi observada tanto do ponto de vista material (dos objetos produzidos e comercializados), quanto do ponto de vista imaterial (dos processos, histórias, experiências, vivências, sentimentos e emoções) que a produção artesanal em si pode despertar nos turistas, a partir de um contato mais autêntico e direto dos visitantes com os anfitriões.

O turismo de experiência foi considerado, de uma forma abrangente, como um fenômeno capaz de trazer uma conexão entre artesãs(os) e turistas. Dessa forma, esses produtores de cultura podem contribuir de maneira destacada para a configuração das diversas localidades do Vale do São Francisco em atrativos que poderão fazer parte de roteiros turísticos voltados para um público-alvo diferenciado, que é aquele que busca o turismo de experiência.

Destacou-se a produção do artesanato no território estudado com foco na confecção de peças para uso decorativo e utilitário, como itens de decoração, mobiliário para espaços públicos e privados, utensílios domésticos, instrumentos musicais, de trabalho ou para transporte, objetos de lazer e de adorno, imagens sacras e, em especial, as “carrancas”. Também procurou-se ressaltar a importância do papel dos artesãos e artesãs nas comunidades do território estudado. Contudo, apontou-se também para as dificuldades que esses artistas enfrentam, ao não conseguirem passar adiante a produção do artesanato para as novas gerações. E, outro ponto importante, a crescente escassez de matérias-primas e a desterritorialização das comunidades ribeirinhas, em especial dos indígenas.

Diante dessas questões, uma alternativa para o desenvolvimento e manutenção do artesanato passa a ser justamente a valorização da perspectiva empreendedora, contando com a organização dos produtores locais em grupos, de maneira cooperativa ou associativa; e estabelecimento de parcerias com agentes governamentais e empresariais locais e externos que contribuam com a divulgação e comercialização, não apenas das peças, mas da vivência em relação à produção artesanal no Vale Sanfranciscano.

Por fim, considera-se que o artesanato local – assim como a música, a dança, as festas, a gastronomia, as lendas e contos das comunidades ribeirinhas – compõe o diversificado patrimônio cultural do Vale do São Francisco e que este deve ser incorporado e mais valorizado na promoção desse território enquanto destino turístico, a partir da

inserção dos visitantes e/ou turistas, nas experiências que podem ser proporcionadas a eles.

AGRADECIMENTOS

As autoras agradecem aos colegas, professores, pesquisadores e estudantes que de alguma forma contribuíram com as expedições e pesquisas e também o apoio das seguintes instituições e grupos: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano e Universidade Salvador; GPTURIS – Grupo de Pesquisa em Turismo e Meio Ambiente; Universidade do Estado da Bahia; Albright College (EUA); Programa Companheiros das Américas – Comitê Bahia/Pennsylvania; Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia; Petrobras; Projeto B5 Biodiesel (UNIFACS-Ford-Petrobras); Gregory Kiddy.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: ORTEGA, A. C.; ALMEIDA FILHO, N. (Orgs.). **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas-SP: Alínea, 2007. p. 13-29.

ALBAGLI, S. Conhecimento, inclusão social e desenvolvimento local. **Revista Inclusão Social**, Vol. 1, No 2., 2006. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/article/view/27/46>>. Acesso em: 22 dez. 2013.

ANDRADE, D. S. Histórias, contos, lendas e tradições das comunidades ribeirinhas do Rio São Francisco. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE**. Ano XII, Edição Especial, Dezembro de 2010, Salvador, BA. p.58-67.

ANDRADE, F. A. V. **Caracterização da cadeia produtiva do artesanato em madeira no município de Parintins sob a ótica da sustentabilidade**. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia). Universidade Federal do Amazonas. 2015.

AZEVEDO, P. G. A gastronomia como marca identitária da cultura Sanfranciscana. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE**. Ano XII, Edição Especial, Dezembro de 2010, Salvador, BA. p.91-98.

BANDEIRA, A. S.; SILVA, E. M. S.; COIMBRA DE SÁ, N. S. O turismo enológico como vetor de desenvolvimento sustentável no Vale do São Francisco: primeiras notas. In: SOUZA, R. C. A.; CORDEIRO, T. S. T. (Orgs.). **Turismo: reflexões sobre a dimensão territorial**. Salvador : Editora Unifacs, 2014. p.193-212.

BARRETTO, M. **Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento**. São Paulo: Papirus, 2002.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo cultural: orientações básicas**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Cultural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2015.

BRASIL. PAB – Programa do Artesanato Brasileiro. **Cadeia Produtiva da Economia do Artesanato**. Coleção Monografias. São Paulo, 2009.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São

Paulo: EDUSP, 2008.

CIMOS, Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais; MPMG, Ministério Público de Minas Gerais. (Orgs.). **Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais**. s.d. Disponível em: <<http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/Cartilha-Povos-tradicionais.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

COIMBRA DE SÁ, N.; SOUZA, R. C. A. Culturas regionais no São Francisco: perspectivas de análise do Samba de Véio. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE**. Ano XII, Edição Especial, Dezembro de 2010, Salvador, BA. p. 40-46.

COIMBRA DE SÁ, N. S.; SILVA, E. M. S.; BANDEIRA, A. da S. A cultura da uva e do vinho no Vale do São Francisco. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE**. Ano XVII, Edição especial, Dezembro de 2015, Salvador, BA. p. 461-491.

COSTA; G. C.; SOUZA, R. C. A. Territorialidade dos índios Kiriris no Estado da Bahia. In: SOUZA, R. C. A., SPÍNOLA, C. A.; ALMEIDA, E. P. R. (Orgs.). **Rio São Francisco: Ocupação territorial: problemas socioambientais, desafios e possibilidades**. Salvador: Unifacs, 2012. p. 18-29.

_____; _____. Caciques mulheres e construção de territorialidades no Vale Sanfranciscano-Bahia. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE**. Ano XVII, Edição especial, Dezembro de 2015, Salvador, BA. p. 377-407.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: HUCITEC, 2002.

DO VAL, P. C.; MAKIYA, I. K.; CUNHA, M. V. F. Diversidade cultural e análise regional do artesanato no Brasil sob a ótica da economia criativa. X CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO. 08 e 09 de agosto de 2014. Disponível em: <<http://www.inovarse.org/node/2018>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

FUNARI, P. P.; PINSKY, J. (Orgs.). **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2002.

GASTAL, S.; CASTROGIOVANNI, A. C. (Orgs.). **Turismo na pós-modernidade: (des)inquietações**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. p.43-50. (Coleção Comunicação; 25).

GONÇALVES, A. **As comunidades criativas, o turismo e a cultura**. Disponível em: <<http://dosalgarves.com/revistas/N17/2rev17.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2015.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 169 – 190.

_____. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, Setembro de 2004. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>>. Acesso em 23 out. 2013.

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2006.

LIMA, R. G. **Artesanato: cinco pontos para discussão**. Palestra Artesanato Solidário / Central Artesol, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, 2005. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Artesanato__Cinco_Pontos_para_Discussao.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2017.

MAYNART, A. C. N. **Pesca, artesanato e cultura**: resgate histórico dos ribeirinhos de São Francisco, MG. Programa Multidisciplinar em Educação, Administração e Comunicação (Mestrado Acadêmico), Universidade São Marcos-SP, 2008.

MEDEIROS, Martha. **Projeto Olhar do Sertão**. Website oficial. Disponível em: <<http://www.marthamedeiros.com.br/olhar-do-sertao/>>. Acesso em 20 jul. 2017.

MIGUEZ, P. **Economia criativa**: uma discussão preliminar. In: NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (Org.). **Teorias e políticas da cultura**: visões multidisciplinares. Salvador: Edufba, 2007. p.95-113. (Coleção Cult).

MOREIRA, E. G. **Carrancas do sertão**: signos de ontem e de hoje. Petrolina, PE: SESC, 2006.

PASSINHO, P. S.; ALMEIDA, R. M. **Relatório de Viagem IV Expedição ao São Francisco**: Percorrendo o Sertão Sanfranciscano. Arquivos do Grupo de Pesquisa GPTURIS. Agosto 2013 (Relatório de Viagem, Expedições Vol. 4, a ser publicado).

PEROTA, C. **Impacto do artesanato no turismo**. Vitória, 2005. Disponível em: <<http://agrotures.web2156.uni5.net/Arquivos/Estudo%20do%20Impacto%20do%20Artesanato%20no%20Turismo.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

PINHO, M. S. M. de. Produtos artesanais e mercado turístico. In: MURTA, S. M.; ALBANO, C. **Interpretar o patrimônio**: um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed. UFMG: Território Brasilis, 2002. p. 169-189.

REIS, A. C. F.; DEHEINZELIN, L. (Orgs.). **Cadernos de Economia Criativa**: Economia Criativa e Desenvolvimento Local. Vitória, ES: SEBRAE/SECULT, 2008. Disponível em: <<http://vix.sebraees.com.br/arquivos/biblioteca/Cadernos%20de%20Economia%20Criativa.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2015.

SACHS, I. Desenvolvimento numa economia mundial liberalizada e globalizante: um desafio impossível. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 30, p. 213-242, 1997.

SACK, R. D. Human territoriality: a theory. **Annals of the Association of American Geographers**, Vol. 73, No. 1, Mar. 1983, p. 55-74.

SAMPAIO, T. **O Rio São Francisco**: trechos de um diário de viagem e a Chapada Diamantina. Escolas Profissionais Salesianas, 1905. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1998 (fac-símile da primeira edição).

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SANTOS, T. S. **Desenvolvimento local e artesanato**: uma análise de dois municípios em Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Lavras-MG, 2012.

SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Turismo de experiência**. Recife, 2015. Disponível em: <http://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/PE/Anexos/turismo_de_experiencia.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2017.

SILVA, E. C.; OLIVEIRA, R. B.; CASTRO, M. A.; SILVA, S. H. Cultura Empreendedora: um estudo com artesãos vinculados a incubadora Amazonas Indígena Criativa – AmIC em Parintins/AM. In: **Anais...** 26^a. CONFERÊNCIA ANPROTEC.

Novos mecanismos e espaços de geração de empreendimentos inovadores. Disponível em: <www.anprotec.org.br/moc/anais/ID_19.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2017.

SOUZA, C. C. “Em nome da modernidade” – transformações territoriais no Vale do São Francisco: o turismo como (nova) atividade econômica. In: SOUZA, R. C. A.; CORDEIRO, T. S. T. (Orgs.). **Turismo**: reflexões sobre a dimensão territorial. Salvador: Editora Unifacs, 2014. p.167-191.

SOUZA, C. C.; BRANDÃO, N.; OLIVEIRA, D. C. P. de; NEIVA, B. F. Ribeirinhos de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE): um olhar sobre a riqueza do artesanato local. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE**. Ano XII, Edição Especial, Dezembro de 2010, Salvador, BA. p. 99-106.

SOUZA, R. C. A.; CALDAS, A. S. **Viagem ao São Francisco**. Salvador: Unifacs, 2009 (Série Expedições, 1).

_____; MOUSINHO, M. C. A. M. **Xique-Xique e Barra**: um encontro com o Rio São Francisco. Salvador: Unifacs, 2011 (Série Expedições, 2).

_____; COSTA, G. C. C. **Bom Jesus da Lapa**: Caminhos da fé, Rio São Francisco. Salvador: Unifacs, 2015 (Série Expedições, 3).

_____; SPÍNOLA, C. A.; ALMEIDA, E. P. R. (Orgs.). **Rio São Francisco**: Ocupação territorial: problemas socioambientais, desafios e possibilidades. Salvador: Unifacs, 2012.

SUCIU, M; C. Creative Economy and Creative Cities. **Romanian Journal of Regional Science**, v.3, n.1. 2006. Disponível em: < <http://www.rrsa.ro/rjrs/V314.SUCIU.PDF>>. Acesso em: 08 mar. 2014.

TOLEDO, N. A.; TOLEDO, L. A. Economia criativa como ferramenta para desmarginalização das comunidades artesanais. 9º COLÓQUIO DE MODA, Fortaleza-CE, 2013. Disponível em: <http://www.coloquiomoda.com.br/anais/anais/9-Coloquio-de-Moda_2013/POSTER/EIXO-3-CULTURA%20POSTER/Economia-criativa-como-ferramenta-para-desmarginalizacao-dascomunidades-artesanais.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2017.

UNCTAD, United Nations Conference on Trade and Development. **Creative Economy Report**, 2010. Disponível em: <http://unctad.org/en/Docs/ditctab20103_en.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2014.

The craft of the Sanfranciscano Valley and its potential for experiential tourism

Abstract: Possibilities for sustainable local development in the Sanfranciscano Valley can develop from the craft activity, which is valuable for its diversity, quality and representation of local cultural aspects. In this sense, this paper seeks to highlight the importance of craft and its potentiality as a production associated with the experiential tourism in the territory of the Sanfranciscano Valley. And, in addition, to check the transformations and permanencies that have occurred over the past few decades affecting riverine populations, their cultures and territorialities. The methodology is based on bibliographical and documental research and also fieldwork, with photographic records and interviews that were conducted during four Expeditions between 2007-2013 in the areas of medium, sub medium and low San Francisco River. The craft in the visited locations is presented at different levels of organization, through family work, associations, and/or cooperatives, with pastoral advice, government agencies, and religious institutions, as well as NGOs. On the other hand, many artisans who work as freelancers could seek new forms of organization to achieve greater appreciation and commercialization of their work. The practice of craft in the Sanfranciscano Valley, if well structured, can attract visitors interested in meaningful experiences that add value to such a social practice, with mutual benefits for both the community and the tourists, favoring an effective local development.

Keywords: Craft, Culture, São Francisco River, Tourism, Territory.

Artigo recebido em 01/08/2017. Aceito para publicação em 04/10/2017.